



Europa

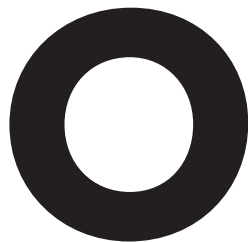
A EUROPA POR DETRÁS DA UNIÃO EUROPEIA

As narrativas políticas e culturais que estão a montante do “economês” e “juridiquês” da União Europeia



por **HENRIQUE RAPOSO**

CRONISTA DO EXPRESSO E MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA. AUTOR DOS LIVROS **UM MUNDO SEM EUROPEUS** E **PORTUGAL DO AVESSO**.



s debates sobre a União Europeia (UE) são travados em dois campos apolíticos e até ahistóricos. O primeiro é o campo da linguagem jurídica dos tratados da UE, e o segundo é o reino da linguagem técnica do mundo financeiro. No primeiro, encontramos centenas de páginas incompreensíveis sobre a integração comunitária e sobre a burocracia de Bruxelas. É o “juridiquês”, que tenta anular a política e a história através da técnica jurídica. No segundo campo, encontramos diariamente um raciocínio sobre o Banco Central Europeu e eurobond de uma – hipotética – arquitetura financeira de um – hipotético – federalismo europeu assente no Euro. É o “economês”, que tenta anular a política e a história através de uma folha de Excel. Estes dois campos, liderados pelas respectivas cortes de especialistas, refugiam-se em linguagens e conceitos fechados em relação ao debate público, em relação à discussão política tout court. É como se a UE fosse uma entidade situada num vácuo ahistórico, é como se Bruxelas fosse a capital de uma ilha flutuante, sem ligação com a história e cultura dos vinte e sete estados que compõem esta confederação.

Este ensaio procura olhar para aquilo que está a montante deste europeísmo hermético e, neste sentido, aponta para duas questões históricas que marcam a Europa que está por detrás da UE. Em primeiro lugar, o ensaio olha para a nova Alemanha e para a nova França. A França e a Alemanha que fundaram a UE já não existem, e os europeus em geral ainda não encontraram uma narrativa para compreender a nova França e, sobretudo, a nova Alemanha. Enquanto não produzirem uma narrativa que aceite a nova Alemanha, os europeus não se reconciliarão com a UE do século XXI. Em segundo lugar, este ensaio faz uma constatação: não existe uma memória histórica comum. Na Europa ocidental, o comunismo continua a ser desculpado – algo impensável na Europa de leste. Como é que se pode construir instituições federais a jusante quando não existe uma memória histórica comum a montante? E estas diferenças de perspectiva histórica estão relacionadas com outra questão: a ausência de uma cultura política comum. Aquilo que é a norma na Holanda (ex.: o ensino público é prestado por colégios privados; a maioria dos hospitais que prestam servi-





ço público são privados) é visto em Portugal como “neoliberalismo” ou mesmo um “regresso ao salazarismo”. Como é que se pode criar uma unidade financeira a jusante quando não existe uma cultura política comum a montante?

A nova Alemanha

Durante anos e anos, o debate sobre a UE foi contaminado pelas pulsões utópicas do europeísmo mais acesso e ideológico. Quando falavam da UE, pessoas como Mário Soares ou Guy Verhofstadt¹ estavam já a invocar os Estados Unidos da Europa, estavam já a considerar um soberano federal que vinha substituir as diferentes soberanias nacionais. Ou seja, Soares & Verhofstadt confundiam o seu desejo com a realidade. Como se isto não fosse suficiente, os eurocépticos cometeram o mesmo erro. Quando falavam da UE, os conservadores britânicos, por exemplo, tendiam a confundir os desejos dos europeístas com a realidade, isto é, falavam da UE enquanto monstro federal que procurava roubar a soberania do Reino Unido e de outros Estados. Ora, europeístas e eurocépticos esqueciam ou desprezavam aquilo que a UE era (e é) de facto. A UE não pretendia anular as soberanias nacionais, não pretendia construir uma soberania europeia, não queria estabelecer uns majestáticos Estados Unidos da Europa. A UE era apenas um mecanismo institucional que domesticava as rivalidades entre os diferentes estados da Europa. A UE, se quisermos, representava uma mesa para discussões civilizadas. A UE era um filtro civilizado através do qual os diversos estados projectavam os seus desejos normativos e os seus interesses.²

Dentro desta grelha de análise, convém perceber que a UE original era, acima de tudo, um filtro para a França e Alemanha do pós-guerra. E Paris e Berlim usaram a UE de forma diferente. A França utilizou a UE para projectar poder francês na Europa e no mundo. Para Paris, a UE servia de filtro para os desejos de grandeur gaullistas. Aliás, durante décadas esse foi o maior fetiche gaullista: quando falavam da Europa, os franceses estavam, na verdade, a falar da França. Enquanto a França usou a UE para parecer maior do que realmente era, a Alemanha usou a UE para parecer mais pequena e menos assustadora. Por outras palavras, os ale-

mães utilizaram a UE para expiar os seus pecados históricos. Bruxelas foi o filtro moral através do qual a Alemanha pediu desculpa pela II Guerra e Holocausto. Ao longo do século XX, esta dupla utilidade da UE foi a base narrativa da UE original e, na prática, significava o seguinte: a França liderava e a Alemanha passava o cheque. Sucede que a velha França e a velha Alemanha morreram. O velho equilíbrio moral da UE está desfeito.

A entrada da Europa de Leste na UE retirou a Paris a liderança da UE, sobretudo na sua dimensão externa, o maior fetiche gaullista. Já não é sequer concebível pensar-se numa Europa anti-NATO. A famosa crise transatlântica de 2003 retirou grande parte da influência francesa sobre o conjunto dos parceiros europeus³. O pró-americanismo da Polónia e demais Estados do ex-Pacto de Varsóvia não permitem (e nunca permitirão) a construção de uma UE gaullista e anti-EUA. Sarkozy já percebeu que o alargamento da UE matou o gaullismo e, não por acaso, tentou criar uma França com roupagens pós-gaullistas⁴. Mas, como é óbvio, a grande questão em cima da mesa está relacionada com a nova Alemanha. O fim da França

gaullista é um problema para a elite francesa, e não para o resto da Europa. Ao invés, o fim da velha Alemanha é uma questão essencial para todos os europeus. Não existe uma “questão francesa”, mas existe uma “questão alemã”.

Durante a segunda metade do século XX, a Alemanha limitou a sua autonomia soberana e chegou a assumir-se como uma democracia pós-nacional no meio de estados-nação⁵. Mas este cenário já faz parte do passado. Os alemães de hoje já não tem pejo em assumir os seus desejos soberanos, já não têm medo em dizer aquilo que pensam, já não estão limitados pelo fantasma de Hitler e, por isso, já fazem perguntas e exigências antes de passarem o cheque. E ainda bem, diga-se. Já era tempo de a psique alemã sair de 1945. Já era tempo de os europeus pararem de construir a UE em cima da culpa alemã.

Esta normalização da soberania alemã corresponde à ocidentalização plena da Alemanha. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que a Alemanha nem sempre foi ocidental na sua identidade. As ideias historicistas da Alemanha pré-1945 eram a némesis da cultura ocidental baseada no direito natural e nos iluminismos. Na primeira metade do século XX, um erudito alemão

A UE NÃO PRETENDIA ANULAR AS SOBERANIAS NACIONAIS, NÃO PRETENDIA CONSTRUIR UMA SOBERANIA EUROPEIA, NÃO QUERIA ESTABELECEER UNS MAJESTÁTICOS ESTADOS UNIDOS DA EUROPA. A UE ERA APENAS UM MECANISMO INSTITUCIONAL QUE DOMESTICAVA AS RIVALIDADES ENTRE OS DIFERENTES ESTADOS DA EUROPA. A UE, SE QUISERMOS, REPRESENTAVA UMA MESA PARA DISCUSSÕES CIVILIZADAS.

“podia descrever a diferença entre o pensamento alemão e o da Europa ocidental e dos EUA dizendo que o Ocidente ainda atribuía uma importância decisiva ao direito natural, enquanto na Alemanha os próprios termos ‘direito natural’ e ‘humanidade’ tornaram-se hoje quase incompreensíveis’ (...) Ao abandonar a ideia de direito natural (...) o pensamento alemão criou o sentido histórico, e assim caminhou para o relativismo sem reservas”⁶.

Até 1945, a Alemanha navegou, portanto, nas águas do vitalismo comunitarista, anti-liberal, anti-Razão, ou seja, a Alemanha era a negação da civilização ocidental. E isso já era evidente antes de Hitler. Os americanos das primeiras décadas do século XX olhavam para uma - hipotética - vitória alemã na I Guerra Mundial como um triunfo de um país que liderava o Oriente despótico, militarista e anti-ocidental⁷. Não é por acaso que o grande historiador alemão Heinrich August Winkler descreve a história da Alemanha pós-45 como um “caminho em direcção ao Ocidente”. Após 1945, a Alemanha ocidenta-



Europa

lizou-se politicamente através da UE e da NATO, e ocidentalizou as suas formas de pensar, isto é, o pensamento germânico abandonou o romantismo místico e vitalista, que era tão característico de pensadores como Ernst Jünger⁸.

É esta benigna metamorfose histórica que está na base do comportamento da nova Alemanha de Merkel. Berlim já não tem vergonha de assumir a sua força e a sua visão, porque já se considera uma nação ocidental como outra qualquer. Em 2012, a Alemanha é igual à França ou Reino Unido na sua identidade ocidental, logo, assume posições de um estado soberano normal. Mas, como é natural, esta saudável emancipação da Alemanha acaba por gerar um novo problema: a UE e os europeus em geral ainda não têm uma narrativa para esta nova “questão alemã”. Neste sentido, devemos perceber que o impasse que estamos a viver não é somente económico. Não estamos perante uma mera crise do Euro ou das dívidas soberanas. O problema é mais fundo. Acima de tudo, nós temos pela frente um impasse político e até moral, que está relacionado com a ausência de uma narrativa histórica para a nova Alemanha. E, como é fácil de perceber, este impasse não se resolverá com a habitual “tratadística” europeísta. Este não é um problema jurídico, é um problema de narrativa política. Onde é que nós, europeus, poderemos desencantar essa nova narrativa para a nova “questão alemã”? Este ensaio não tem a pretensão de ser o descobridor dessa alquimia política, mas pode deixar uma ou outra pista.

A par da integração da Alemanha no Ocidente, outro factor fez parte do ADN da UE durante o século XX: o medo da URSS. Tal como afirmou Paul-Henri Spaak logo nos anos 70, vários estadistas ocidentais foram rotulados de pais da unidade europeia, mas nenhum merece o título. Essa honraria pertence a Estaline. Sem a presença agressiva da URSS, a UE não teria crescido como cresceu. O medo e o respectivo reflexo defensivo anti-Moscou desempenharam um papel essencial na formação e solidificação da UE⁹. Perante isto, a pergunta que surge é muito simples: sem a presença da URSS, que tipo de medo poderá ressuscitar a unidade europeia em 2012? Existe uma possibilidade: num mundo chinês, asiático e centrado nas orlas do Pacífico, os europeus correm o risco de cair na irrelevância económica, estratégica e até normativa. Neste quadro

pós-europeu, os europeus precisam dos alemães, e os alemães precisam dos restantes europeus. Neste sistema dominado pelos mastodontes americanos e asiáticos, apenas uma unidade europeia – naturalmente liderada pela Alemanha – pode defender os interesses e valores europeus. Eis, portanto, a nossa hipótese: se o medo da URSS serviu de moldura para a narrativa sobre a velha Alemanha, o medo em relação ao mundo pós-europeu poderá servir de moldura para a narrativa sobre a nova Alemanha. Em 2012, nós, europeus, precisamos da Alemanha emancipada, e não da tímida Alemanha pós-45. Mas, atenção, a Alemanha também precisa de nós. Porque até a Alemanha é pequena num mundo dominado por EUA, China, Japão, Indonésia, Índia, Brasil, etc. Portanto, antes que se faça tarde, convinha que actualizássemos o velho axioma de A.J.P Taylor¹⁰: sim, a Alemanha continua

pilares históricos da casa e para as respectivas paredes culturais e ideológicas.

A Polónia e a Europa de leste têm uma narrativa diferente sobre o século XX. Na Europa ocidental, tudo gira em torno de 1945 e do fantasma do fascismo/nazismo. Na Europa de leste, 1989 é tão ou mais importante do que 1945. Como salientou Tony Judt, a II Guerra Mundial acabou em 1945 na Europa Ocidental, mas só acabou em 1989 no antigo Pacto de Varsóvia. Porquê? Porque 1945 não significou libertação para metade da Europa. A leste, o desfecho da II Guerra não significou o fim de Hitler mas o início e a perpetuação de Estaline¹¹. Isto quer dizer que os europeus orientais fazem algo que continua a ser tabu na Europa ocidental, a saber: colocam o comunismo no mesmo saco totalitário do fascismo. Para um polaco, o comunismo foi tão ou mais sanguinário do que o fascismo. E

DESTE LADO DA LINHA ODER-NEISSE, AINDA EXISTEM MUITAS FIGURAS INTELECTUAIS E POLÍTICAS DISPOSTAS A DESCULPAR O COMUNISMO OU A DESLIGAR O SANGUE DERRAMADO PELA URSS DA – SUPOSTA – PUREZA DO MARXISMO.

a ser demasiado grande para a Europa, e existirá sempre uma “questão alemã”, mas qualquer nação europeia é pequena neste mundo centrado nos gigantes da Ásia-Pacífico. Para ter uma voz equiparável aos gigantes continentais da América e da Ásia, a Alemanha precisa dos outros estados europeus. E, por maioria de razão, o resto da Europa necessita da Alemanha.

Não existe memória comum

Os debates do “economês” acabam sempre numa asserção: não existe uma unidade financeira UE (eurobonds) e essa unidade deve ser edificada. Sucede que este debate está situado demasiado a jusante. Como é que se podem criar títulos de dívida de uma UE federal quando – a montante – não existe uma cultura política comum e uma memória histórica comum? Isso seria o mesmo que começar uma casa pelo telhado. Antes de concebermos o telhado financeiro, temos de olhar para os

este ponto é logo evidente quando abordamos o início da II Guerra. O significado de 1939 também é diferente para um europeu oriental. A habitual perspectiva da Europa ocidental diz-nos que 1939 marca o arranque da II Guerra devido às agressões da Alemanha nazi. Em Varsóvia ou Riga, a visão é um pouco diferente: a II Guerra começou com uma dupla invasão da Polónia – os alemães entraram pela fronteira ocidental, e os soviéticos romperam pela fronteira oriental¹². Em 1939, comunistas russos e fascistas alemães invadiram – ao mesmo tempo e em conluio – a Polónia. A URSS não entrou na II Guerra em 1941, mas sim em 1939. Aliás, a segunda agressão do conflito pertenceu à URSS: a invasão da Finlândia (Novembro de 1939). Depois, enquanto a Alemanha ocupava a França e Benelux, a URSS anexou as repúblicas bálticas.

Esta equivalência histórica e moral entre comunismo e fascismo ainda não gera consenso na Europa ocidental. Desse lado da linha Oder-Neisse, ainda exis-



tem muitas figuras intelectuais e políticas dispostas a desculpar o comunismo ou a desligar o sangue derramado pela URSS da – suposta – pureza do marxismo. Em consequência, esta divergência de fundo acaba por criar um choque narrativo entre a Europa ocidental e a Europa de leste e, mais importante ainda, acaba por originar duas narrativas distintas sobre a UE. Para os países da Europa ocidental, a UE representa a fuga do passado fascista e do Holocausto. Para os países da Europa oriental, a UE significa a fuga do passado comunista e do Gulag. Neste sentido, não será escandaloso afirmar que não existirá uma plena unidade europeia enquanto os europeus ocidentais não aceitarem que o comunismo foi tão destrutivo como o fascismo. Tony Judt dizia que o reconhecimento do Holocausto é o bilhete de acesso à identidade europeia contemporânea. Ser-se europeu, dizia Judt, é o mesmo que prestar homenagem às vítimas do nazismo¹³. Apeete dizer que Judt ficou a metade do caminho. Ser-se europeu é prestar homenagem – ao mesmo tempo – às vítimas do Holocausto e do Gulag. A “casa dos mortos” também é a casa dos mortos do comunismo.

Não há uma cultura política comum

A questão da memória histórica vale por si, mas também está relacionada com um ponto mais prático, mais próximo da governação: a cultura política. Se não existe uma memória histórica europeia, também não existe uma cultura política europeia. As práticas da social-democracia de países como a Holanda ou Dinamarca são rotuladas de “neoliberalismo” em Portugal e noutros países do sul da Europa. Quando, por exemplo, os princípios da flexissegurança da Dinamarca (defendidos pela esquerda dinamarquesa) são transpostos para o debate português, a esquerda portuguesa rotula esses princípios de “código laboral neoliberal” ou de “regresso ao salazarismo”. A “ética de trabalho” nórdica é encarada como um “retrocesso civilizacional” pela esquerda de Portugal ou Espanha.

No sector da educação também encontramos exemplos semelhantes. Em muitos países da Europa, o ensino público é prestado por colégios privados com contrato de associação com o Estado: Bélgica, 50%; França, 20%; Espanha, 25%; Malta,

24%; Reino Unido, 16%. E, na Holanda, 70% das escolas são privadas, o que significa que a maioria dos alunos holandeses frequenta colégios privados com contrato de associação. Por outras palavras, o Estado holandês financia directamente o aluno e não uma rede estatal de escolas. O Estado social holandês garante o acesso à educação a todas as crianças, mas não é o educador universal. Em Portugal, este princípio é visto como um ataque à “escola pública”. O mesmo se passa no sector da saúde. Na Alemanha, Holanda ou Suíça, Estado social significa um seguro de saúde para todos os cidadãos. Se o cidadão x não tem dinheiro para tal, o Estado garante o seguro ao cidadão x. O dinheiro dos contribuintes financia directamente as pessoas através de um seguro individual e, em consequência, o Estado não edifica uma rede estatal de hospitais. Na Europa germânica, Estado social não significa Hospitais que são propriedade do Estado. Os serviços públicos de saúde são prestados por hospitais privados e/ou religiosos (misericórdias). Em Portugal, esta prática é associada a um “regresso ao salazarismo” ou é vista como uma medida que “transforma a saúde num negócio”. E, já agora, também podemos falar da segurança social. Na Eslováquia, Dinamarca, França, Holanda, Hungria, Polónia e Suécia, o sistema de segurança social obriga o cidadão a fazer descontos complementares e obrigatórios para PPR privados. Neste países, o sistema de segurança social é misto: tem uma base pública, mas existe um plafonamento das pensões no sistema público, logo, o cidadão tem de descontar

para um PPR privado a partir de um certo montante. Desta forma, o cidadão não fica preso à roleta russa demográfica do sistema pay as you go. Em Portugal, este debate é sempre encarado como uma ilegítima “privatização da segurança social”.

Poderíamos continuar a debitar exemplos, mas o ponto já nos parece claro: não existe na UE uma cultura política comum. Aquilo que é absolutamente natural para a esquerda nórdica não é defendido pela direita mediterrânica. Neste cenário de absoluta divergência ideológica entre países e culturas dentro da UE, como é que se pode criar um sistema de dívida europeu (eurobonds)? Sem uma unidade ideológica a montante como é que se pode criar um edifício financeiro comum a jusante?

História e política, s.f.f.

Em suma, este pequeno ensaio tem um propósito simples: apontar para as grandes questões históricas e normativas que estão a montante da crise financeira do Euro ou das constantes crises institucionais da UE. Se não olharmos para a espessura narrativa das nações europeias, se não olharmos para as diferentes Europas históricas e normativas, corremos o risco de aplicar soluções (ex.: eurobonds) que necessitam de uma unidade cultural que não existe ao longo dos vinte e sete estados da UE. Ou seja, corremos o risco de cometer um erro histórico irreparável. Se não atentarmos na orgânica da Europa, a mecânica institucional da UE poderá estar em causa. A legalidade institucional não funciona sem legitimidade histórica. ■

Notas

¹ A Guy Verhofstadt, Os Estados Unidos da Europa – Manifesto para uma Nova Europa, Lisboa, Gradiva, 2006.

² Ver defesa deste argumento em Stephen Wall, A Stranger in Europe – Britain and the UE from Thatcher to Blair, New York, Oxford University Press, 2008.

³ Ver defesa deste ponto em Isabelle Lasserre, L'Impuissance Française: 1989–2007, Une diplomatie qui a fait son temps, Paris, Flammarion, 2007.

⁴ Para o desenvolvimento deste assunto, ver Henrique Raposo, Um Mundo sem Europeus, Lisboa, Guerra & Paz, 2010, pp. 253–261.

⁵ Heinrich August Winkler,

“Rebuilding of a Nation: the Germans Before and After Unification”, in Daedalus, 123, 1 (Winter 1994).

⁶ Leo Strauss, Direito Natural e História, Lisboa, Edições 70, 2009 [1953], pp. 4–5.

⁷ Walter Lippmann, US Foreign Policy: the Shield of the Republic, New York, Pocket Books, 1943, pp. ix–xx.

⁸ Ver Heinrich August Winkler, Germany – the Long Road West, vol. 2, London, Oxford University Press, 2007 [2000].

⁹ Paul-Henri Spaak, The Continuing Battle – Memoirs of a European, London, Little, Brown & Company, 1971, p. 141.

¹⁰ Ver A.J. Taylor, The Course of German History, New York, Capricorn Books, 1961 [1945]; A.J.P. Taylor, Europe: Grandeur and Decline, London, Penguin, 1967 [1950], pp. 91–112.

¹¹ Tony Judt, Pós-Guerra, Lisboa, Edições 70, 2006.

¹² Ver Włodzimierz Bernacki, “Poland: the Land of a Pope and of ‘Solidarity’”, in The Reunification of Europe – anti-Totalitarian Courage and Political Renewal, Brussels, EPP Group, 2009, pp. 246–249; Norman Davies, Europe at War, London, Macmillan, 2006.

¹³ Tony Judt, Pós-Guerra, pp. 899–930.